

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
ASSOCIAÇÃO DE IMPRESSORES DE SANTA CATARINA - AIEC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Aprovados

Proibido uso de pulseiras do sexo em SC

Instituídos Dia do Orquídeófilo e Semana Zilda Arns

Paternidade Responsável ganha data

Gratuidade no transporte para idosos

Página 7

Sinal verde para MPs que beneficiam servidor

Plenário aprova admissibilidade de quatro medidas provisórias. Entre elas, a que concede gratificação de produtividade na Secretaria de Estado da Saúde



Miriam Zomer

Manifestantes ocupam galerias pedindo que medida provisória 178 seja ampliada para todos os servidores da área da saúde

Página 7

Parlamento homenageia Grande Oriente

Eduardo Guedes de Oliveira



O Parlamento realizou, dia 12, sessão especial para marcar os 60 anos de fundação do Grande Oriente de Santa Catarina (GOSC). Requerida pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), a solenidade prestigiado por autoridades e sociedade teve o propósito de reconhecer e parabenizar as ações da instituição, que visam investigar a verdade, buscar o progresso moral e praticar a solidariedade.

Página 3

Executivo entrega projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

Fábio Queiroz



Presidente Merisio com secretário Vinicius Lummertz

Página 6

Prioridade para educação e saúde

A perspectiva de uma sociedade menos desigual, em termos sociais e econômicos, é distante quando o poder público não garante atenção a áreas fundamentais. Habitação, emprego, saúde e educação são setores nos quais não existem gastos, mas sim investimentos. A segurança de um lar, de um sustento, do amparo à saúde e da evolução no acesso ao conhecimento são pré-requisitos de desenvolvimento para qualquer país.

Daí nosso entendimento de que é preciso avançar em políticas públicas nestes setores. Para isso, são necessários recursos. Foi com este pensamento que o deputado Décio Góes e eu protocolamos, na última semana, o Projeto de Lei 105/2010, que acaba com a desvinculação da receita tributária líquida, destinada ao Fundo Social, quando trata-se de recursos da saúde e da educação (12% e 25%, respectivamente).

Conforme os pareceres do Tri-

bunal de Contas do Estado (TCE) de 2005 a 2009, as áreas tiveram uma perda de aproximadamente R\$ 345 milhões (R\$ 235 milhões da educação e R\$ 110 milhões da saúde), o que é extremamente danoso quando se trata de serviços já problemáticos, apesar do esforço de nossos servidores.

A principal fonte de arrecadação do Fundo Social é a retirada de 0,5% da receita tributária líquida do Estado. O projeto proposto modifica a Lei 13.334, de 2005, que instituiu o Fundo Social. O novo texto inclui um parágrafo destacando que os recursos à educação e saúde serão garantidos integralmente, como forma de resguardar estas áreas fundamentais à população.

Queremos que a medida entre em vigor a partir de janeiro de 2011. Para se ter uma idéia da amplitude da mudança, se levarmos em consideração a média dos últimos cinco anos, teremos a garantia de R\$ 69 milhões a mais por ano à saúde e à educação, ou R\$ 5,7 milhões

por mês.

O objetivo disso é estabelecer uma diferença clara entre o que é investimento em área prioritária, no caso, saúde e educação, e o que é alocado para subvenções, muitas vezes utilizadas de forma política pelo Governo do Estado.

O próprio Tribunal de Contas mostra que, em todos os anos, o Governo do Estado somente alcança os percentuais mínimos de 12% para a saúde e 25% para a educação, por incluir nos repasses, irregularmente, gastos que segundo o TCE não podem figurar entre aplicações efetivas.

Nossa intenção é auxiliar o Governo do Estado a garantir o investimento mínimo em áreas cujo interesse social é evidente, sem precisar fazer exercícios matemáticos para atingir o percentual mínimo de aplicação estabelecido pela Constituição Federal.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Gratuidade para os idosos: um direito adquirido

O plenário do Parlamento catarinense aprovou, nesta semana, projeto de minha autoria e do deputado César Souza Júnior que prevê a gratuidade de transporte coletivo público intermunicipal às pessoas com mais de 60 anos e que recebam até dois salários mínimos. A proposta se enquadra ao que reza o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que garante livre acesso aos idosos em viagens interestaduais. A iniciativa segue agora para a sanção governamental.

Além de oferecer prioridade aos idosos no embarque, o projeto garante a ocupação de dois assentos gratuitos por veículo. Àquelas linhas já preenchidas com a cota máxima, a iniciativa indica desconto de 50% aos idosos que apresentarem os requisitos solicitados.

Para fazer uso do benefício, o idoso deverá solicitar um único bilhete – denominado no projeto como “Bilhete de Viagem do Idoso” – nos pontos de venda próprios da transportadora, com antecedência de, pelo menos, três horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte. É possível, também, solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos da venda de bilhete de passagem.

Vale destacar que os deputados catarinenses fizeram, em sua unanimidade, justiça a uma classe que, nos últimos anos, vem sendo massacrada pelos governos que se sucedem. Só para se ter uma idéia, depois de uma lacuna de quase cinco anos sem reajustes, em 2009 os aposentados e pensionistas tiveram um ganho real em benefícios de apenas de 2,5%.

Defato, um valor irrisório para uma categoria que auxiliou e muito no desenvolvimento de nosso país.

A gratuidade nos transportes intermunicipais foi mais uma conquista alcançada em prol desta sofrida categoria. Estamos trabalhando não apenas visando o caráter monetário, mas também a parte social e de saúde. Destaco a luta empreendida para a construção de hospital especializado na assistência aos idosos em Santa Catarina.

Segundo a Constituição de nosso Estado, acolher os mais velhos é dever não só da família, mas do Estado e da sociedade como um todo. Na Assembleia Legislativa catarinense estamos fazendo a nossa parte. E, com certeza, muito mais será feito.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

São Francisco do Sul sedia 22ª Festa das Tradições da Ilha

Eduardo Guedes de Oliveira



Secretária de Turismo e Lazer do município formaliza convite na tribuna

A secretária de Turismo e Lazer do município da São Francisco do Sul, Jamile Machado, ocupou a tribuna, dia 14, para fazer o convite aos catarinenses para participarem da 22ª Festa das Tradições da Ilha (Festilha), que será realizada de 15 a 18 de abril, bem como para as comemorações do 163º aniversário de emancipação política da cidade. “Todos os anos a Festilha transforma o centro histórico da cidade no cenário de um evento que resgata a cultura dos colonizadores da região através de apresentações folclóricas e atrativos gastronômicos”, ressaltou Jamile.

Na companhia da rainha da Festa, Luana Bettu, e da princesa, Francine Celestino, a secretária de Turismo fez uma breve apresentação sobre a programação da festa que atrai não apenas os catarinenses, mas visitantes de outros estados.

“Os pratos típicos da culinária açoriana e afro-brasileira, entre os engenhos de cachaça e farinha, a programação de shows nacionais, além de outras atrações, prometem trazer um grande público durante os quatro dias de festa, na arena montada especialmente para os espetáculos”, mencionou.

[AGENDA]

• **Dia 19, 16 horas** - Comissão de Educação – Audiência pública “A Implantação de uma extensão do Instituto Federal Tecnológico IFET no município de Pinhalzinho”

Local: Grêmio Recreativo Pinhalense – Pinhalzinho

• **Dia 19, 19 horas** - Sessão solene em homenagem póstuma à Doutora Zilda Arns

Local: Auditório Alfredo Michels - Forquilha

• **Dia 20, 9 horas** - Escola do Legislativo - Lançamento da Campanha “Se Liga 16”

Local: Auditório Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merísio (DEM)

1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Lucas Gabriel Diniz

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Graziela May Pereira, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Rossana Espezin, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomet, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

Os 60 anos do Grande Oriente de SC

Sessão especial presta homenagem à instituição, que trabalha pelo aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade

Tatiani Magalhães

Os 60 anos de fundação do Grande Oriente de Santa Catarina (GOSC) foram comemorados na noite do dia 12, em sessão especial realizada no Plenário Deputado Osni Régis, da Assembleia Legislativa. Requerida pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), a homenagem, prestigiada por autoridades e sociedade, teve como propósito reconhecer e parabenizar as ações da instituição cujas finalidades são investigar a verdade, cultivar a moral e praticar a solidariedade. "Ao longo destes anos, o GOSC, que representa a Maçonaria, vem buscando o progresso através do aperfeiçoamento moral e intelectual da humanidade", informou Kuhlmann.

Ao dar início à solenidade, o parlamentar aproveitou a oportunidade para lembrar algumas passagens marcantes da instituição, desde sua fundação, em 12 de abril de 1950, até os dias atuais. Entre elas, a promulgação da nova Constituição do Grande Oriente de Santa Catarina, em maio de 1973, que traçou uma nova caminhada para a instituição, hoje reconhecida



Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

Requerida pelo deputado Jean Kuhlmann, solenidade destaca trabalho em prol da solidariedade entre os homens

como uma agremiação essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista.

"Como base vital da contribuição desta instituição ao desenvolvimento da nação brasileira, podemos citar três momentos históricos que contaram com a colaboração efetiva dos maçons: a declaração de independência do Brasil, a abolição

da escravatura e a proclamação da República", enumerou.

Para o democrata, o trabalho da maçonaria progride por não focar ações em discussões políticas, partidárias ou religiosas, oportunizando uma ampla base de entendimento entre os homens e evitando que sejam divididos por pequenas questões da vida civil. "Sem ambi-

ção de lucro pessoal, a maçonaria age em prol dos outros e com suas arrecadações visa o bem-estar do gênero humano, sem distinção de nacionalidade, sexo, religião ou raça. Acreditamos que este caminho leva à elevação espiritual e à consciência tranquila."

Na condição de representante dos parlamentares e integrante da

Maçonaria desde 1999, o deputado Joares Ponticelli (PP) disse ter aprendido muito e que os reflexos em sua vida são muito positivos. "É uma honra para o Legislativo prestar esta homenagem a uma instituição que possui propósitos reais de contribuir para o bem-estar da sociedade", frisou.

Após os pronunciamentos, uma placa em nome do Parlamento, em reconhecimento às ações desenvolvidas, foi entregue ao Grão-Mestre Rubens Ricardo Franz. Em nome do GOSC e seus membros, Rubens destacou que, com seu trabalho e sua inserção nas causas sociais, o maçom está preparado para ser um grande líder. "Através da libertação do pensamento humano chegamos a estes resultados. Zelamos pelo amor fraternal, substituindo os sonhos por fatos reais. A partir do nosso trabalho, realizado de forma discreta, intensificamos nossas ações na sociedade, buscando sua sustentabilidade. A educação é nosso principal eixo", concluiu.

O deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB no Legislativo estadual, também prestigiou a sessão especial de homenagens ao GOSC.

Escola do Legislativo premia melhores monografias

A Escola do Legislativo premiou, dia 13, autores das monografias vencedoras do concurso "Prêmio Escola do Legislativo". A sessão ordinária foi suspensa para a realização do ato. Os três primeiros colocados de cada categoria – Estudantil e Profissional – receberam premiação em dinheiro, o que totalizou R\$ 13,5 mil. Todos os participantes inscritos no concurso ganharam certificado.

Conforme o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo, o concurso tem objetivo de estimular a produção de monografias sobre o Poder Legislativo e, com isso, fortalecer a democracia. Nesta primeira edição, dez trabalhos foram inscritos nas duas categorias (confira a relação ao lado). A intenção da escola é promover o prêmio anualmente.

"O vereador na fiscalização das contas públicas" foi o tema da monografia que conquistou o primeiro lugar na categoria Profissional. Produzido por Fabiane Balen, de Nova Erechim, o trabalho foi defendido na conclusão do curso de Direito da Unochapecó.

"Constatei que existem instrumentos de fiscalização, mas mui-

tos vereadores não os utilizam, ou utilizam apenas quando convém, de acordo com critérios políticos. Existem aqueles que nem conhecem as próprias atribuições", relatou. A monografia abordou também o papel do Tribunal de Contas do Estado na fiscalização dos atos do Executivo.

A monografia vencedora da categoria Estudantil abordou, por sua vez, o Legislativo Estadual. A estudante e policial militar Juliana Cristina da Cruz foi a autora do trabalho, intitulado "A participação do Legislativo catarinense na construção de políticas públicas".

Aluna de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Juliana vai utilizar o texto premiado como pré-projeto para o seu trabalho de conclusão de curso. "Considero esse prêmio um incentivo importante para o aprimoramento dos trabalhos acadêmicos sobre o tema", disse. Uma das prerrogativas do concurso prevê que as monografias inscritas sejam inéditas. Ao aceitar os termos do edital para concorrer ao prêmio, os candidatos autorizaram a Assembleia Legislativa a publicar e divulgar os trabalhos no site institucional.



Primeiro lugar da categoria profissional, Fabiane Balen recebe prêmio das mãos dos deputados Reno e Ponticelli

Confira os vencedores

Categoria Profissional

1º lugar – Fabiane Balen
Nova Erechim (SC)
Premiação: R\$ 5.000,00

2º lugar – Dalson Britto Figueiredo Filho
Recife (PE)
Premiação: R\$ 2.500,00

3º lugar – José Jacir Victovoski
Chapecó (SC)
Premiação: R\$ 1.000,00

Categoria Estudantil

1º lugar – Juliana Cristina da Cruz
Palhoça (SC)
Premiação: R\$ 3.000,00

2º lugar – José Alexandre da Silva Júnior
Jaboatão dos Guararapes (PE)
Premiação: R\$ 1.500,00

3º lugar – Paulo Renato Farias
Florianópolis (SC)
Premiação: R\$ 500,00

INSTITUCIONAL

Comissão registra impasse fundiário em Imbituba

Carlos Killian

Representantes da Comissão de Direitos e Garantias, de Amparo à Família e à Mulher estiveram, dia 9, em Imbituba, ouvindo depoimentos do impasse que a questão fundiária no município. Audiência pública, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), foi realizada Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi).

O material colhido da audiência constará de um dossiê que será encaminhado a autoridades estaduais e federais. Emocionados, homens e mulheres, na sua grande maioria idosos que vivem do trabalho na terra e na pesca, resgataram a história de décadas de trabalho na área que está em litígio e com a decisão de reintegração de posse a empresários.

O conflito fundiário remonta à década de setenta com a desapropriação de cerca de 1.000 hectares de terras em Imbituba para a construção de um pólo petroquímico. Porém, apenas uma empresa foi instalada, a Indústria Carbonífera Catarinense (ICC), que teve vida útil de apenas 13 anos.

Além da presidente Ana Paula Lima e da representante



Deputada Ana Paula Lima conduz debate ouvindo comunidade

da Acordi, Marlene Borges compuseram a mesa dos trabalhos o deputado Kennedy Nunes (PP), o líder da Bancada do PT na Assembleia, deputado Décio Góes, o ex-deputado estadual José Paulo Serafim, e a advogada Celina Duarte Rinaldi.

Aos deputados, famílias inteiras presentes à audiência, que reuniu um público de cerca de 100 moradores locais, testemunharam que as terras não foram ocupadas por indústrias, mas por plantações – trabalho de muitos agricultores que jamais se afastaram do lugar. Uma das principais queixas ouvidas pelos parlamentares é o fato das indenizações, na época das de-

sapropriações, não terem sido pagas e, nos casos em que esse pagamento ocorreu, teria sido com valores muito inferiores ao valor da terra.

Diante das denúncias recebidas, a deputada Ana Paula lembrou que existe um processo administrativo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de desapropriação da área em litígio para destiná-la aos agricultores locais. “Não é crível, aceitável, que se faça um despejo forçado e a destruição de roças plantadas com previsão de colheita em agosto, da sede da Acordi, dos galpões e engenho coletivo”, argumentou a deputada. (Linete Martins)

Audiência faz radiografia do oligopólio do cartão de crédito

Consumidores e varejistas alertam para necessidade de mudanças no setor, lucrativo e em ascensão no Brasil

Denise Bortolon Montagna

A falta de regulamentação na atuação das empresas operadoras de cartões de crédito foi apontada por consumidores e representantes do comércio varejista como a responsável pelo oligopólio que domina o segmento. A constatação foi feita durante uma audiência pública, proposta pelo deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB no Parlamento catarinense.

A reunião foi realizada pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, dia 12, na Assembleia Legislativa. “O oligopólio é um problema nacional, por isso a importância de discutirmos neste Poder”, ressaltou.

Além da regulamentação, outras práticas foram apontadas como prejudiciais ao consumidor, entre elas, a diferenciação de preço para compras em dinheiro e em cartão de crédito, a disponibilização das máquinas sem a cobrança de aluguel e que transacione cartões de todas as bandeiras, o aumento da concorrência entre as operadoras, seu enquadramento como instituições financeiras e a determinação de um órgão fiscalizador para o setor.

Mesmo sendo contra a diferenciação de preço, o promotor de



Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Proposta pelo deputado Aguiar, encontro aponta problemas no dia a dia do consumidor, como prática de preço mais atraente para quem paga em dinheiro

Justiça, Rodrigo Cunha Amorim, alertou que o setor é um mercado lucrativo, difícil de mudar, e que tende a crescer ainda mais. Atualmente, cerca de 21% dos gastos diários dos brasileiros são pagos com cartões de crédito.

Em países desenvolvidos os números chegam a 45% dos pagamentos. “É um bom negócio

para todos. Bom para o consumidor, que tem 40 dias para pagar, e para o lojista, que reduz a zero a inadimplência. Porém, há um espaço do Estado, que não é ocupado e por isto ele se autorregulamenta, criando regras em seu benefício”, finalizou.

Para o presidente da Frente Parlamentar Mista do Comér-

cio Varejista, deputado federal Paulo Bornhausen (DEM/SC), é necessário quebrar posicionamentos ideológicos para promover mudanças no segmento.

Paulinho lembrou que o CDC foi criado num período em que não havia estabilização da moeda. “Precisamos avançar no

diálogo de diferenciação dos preços, mesmo que o Código de Defesa do Consumidor seja contrário, pois esta proteção só atinge as empresas de cartão de crédito. Enquanto pudermos utilizar esta arma, os operadores vão ter que reduzir taxas para que o negócio continue sendo viável”, observou.

Representante do BC diz que forma de pagamento só perde para o dinheiro

O representante do Banco Central, Mardilson Fernandes Queiroz, em palestra, destacou que os pagamentos no cartão de crédito só perdem para os pagamentos em dinheiro. Ele também explicou como funciona o modelo utilizado pelas operadoras no Brasil, denominado de “4 partes”, composto pelos bancos e emissores, credenciadores, vendedores e compradores. “Este modelo dificulta a entrada de um novo concorrente, porque os credenciadores fazem todas as etapas, desde a filiação do comerciante até a emissão da fatura”, esclareceu.

Conforme sua explanação, para que haja mudanças nas operações com crédito é necessário que o credenciador forneça máquinas multibandeiras e tra-

balhe com interoperabilidade, redução de custo pelo efeito rede e mais ganho de escala, aumento da concorrência no credenciamento de estabelecimentos, redução do custo de acesso do estabelecimento e a maior possibilidade de ingresso de novos credenciadores.

Campanha

Já o presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Roque Pelizzaro Júnior, anunciou a nova campanha da instituição que começa hoje com o slogan “Eu quero meu consumidor de volta!”. A campanha pretende orientar os lojistas sobre as alterações no mercado de cartões de crédito que passam a vigorar a partir de 1º de julho.



Público acompanha discussões em torno do “dinheiro de plástico”

Roque insistiu para que os lojistas negociem com as operadoras um novo contrato, sem a fidelização, além da redução das

taxas cobradas, prazos de pagamento e modalidades de antecipação. “Não estamos discutindo o custo do cartão de crédito, mas



Miriam Zomer

Casa da Cultura do município sedia debate realizado pela CCJ

Campos Novos cobra ações contra violência

Scheila Dziedzic

Campos Novos, na região Meio-Oeste catarinense, vem registrando um sério aumento nos índices de criminalidade. Para discutir a situação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), realizou audiência pública dia 9, na Casa da Cultura do município.

Um documento contendo principais problemas foi elaborado e será entregue às autoridades da área da Segurança Pública de Santa Catarina, conforme compromisso assumido por Titon, que coordenou a audiência. Outras medidas foram determinadas de imediato pelo comandante-geral da Polícia Mil-

itar, Eliésio Rodrigues: três policiais militares que fazem a segurança da Unidade Prisional Avançada (UPA) retornarão as funções de policiamento ostensivo; a escala de trabalho será readequada; e haverá a contratação de uma cozinheira pela prefeitura, forma de substituir o militar que atua nesta função, liberando-o para a atividade policial de fato. Atualmente, a segurança dos 30 mil habitantes é garantida por 38 policiais militares.

No encontro, promovido em parceria com a Câmara de Vereadores de Campos Novos, o debate se encaminhou para os principais tipos de ocorrência responsáveis pelo aumento da criminalidade: furtos, assaltos, tráfico de drogas e agressões.

Delegado defende educação

Na reunião, o delegado regional Altair Luiz Muchalski chamou a atenção para o perfil das pessoas que cometem os delitos. Segundo o levantamento que apresentou, 80% não possuem ensino fundamental completo, 50% estão desempregados e, na maioria das ocorrências, são pessoas solteiras, dos 18 aos 30 anos. “Esses dados evidenciam como é fundamental o acesso à educação e ao trabalho”, observou.

Muchalski acredita que o combate ao tráfico de drogas apresentará reflexos em toda a cadeia criminosa, uma vez que está intimamente ligado a outras formas de delitos. Ele defendeu o aumento de efetivo para ambas as polícias, Militar e Civil, especialmente por conta da grande extensão territorial do município - 1.850 quilômetros quadrados -, o terceiro maior do estado.

O delegado foi um dos que alertaram para o fato de que novas ações de segurança, como a instalação da UPA, atualmente com 100 detentos, tiraram do trabalho ostensivo alguns servidores da segurança. “Temos que fortalecer as

policiais investindo na capacidade humana de trabalho”, comentou.

Para o comandante Eliésio Rodrigues, se o tráfico e a recepção forem combatidos com maior eficiência, os delitos cairão consideravelmente. Mas ressaltou que as ações não devem ser exclusivas da PM. “Sei que a PM é onde se dá vazão aos problemas sociais. Mas a segurança pública não se faz somente com a Polícia Militar. Existe um sistema mais complexo no qual entram família, escola, igrejas, além dos órgãos constituintes”, comentou. Ele conclamou a comunidade a participar através dos Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg) e sugeriu a abertura das escolas aos finais de semana para atividades dos jovens.

Eliésio foi enfático ao criticar as benesses da legislação penal, defendendo que “está na hora de serem revistas algumas leis desta área”. Para ele, às vezes, a repressão ao crime exige medidas mais duras, a exemplo do programa de segurança “Tolerância Zero”, executado pelo ex-prefeito de Nova York, que resultou em importante queda na criminalidade.

Destino da cultura em debate na Capital

Eduardo Guedes de Oliveira

Novas perspectivas para a cultura e a mobilização social foram foco da audiência pública sobre o texto substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 416/2005), do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), que institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Realizada dia 12, no Auditório da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, a reunião teve a coordenação do deputado Pedro Uczai (PT), presidente da Frente Parlamentar da Cultura em Santa Catarina, e contou com a presença de diversos representantes do poder público e entidades, produtores culturais e profissionais ligados à área da cultura.

Entre os debatedores, Cristiane Ramirez, presidente do Fórum Municipal de Cultura de Florianópolis, destacou que a PEC 416 modificará totalmente a forma como se organiza e se enxerga a cultura no Brasil.

Para Anita Pires, presidente da Fundação Catarinense de Cultura, as discussões sobre o tema estão adiantadas e Santa Catarina será o primeiro estado



Reunião na Secretaria de Estado da Cultura avalia proposta

a aderir ao sistema, juntamente com a Bahia. Com isso, o estado deve ter um incremento na captação de recursos para o setor cultural.

Citando os benefícios econômicos da proposta, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que a área deve ser encarada também sob o ponto de vista de geradora de riqueza e inclusão social.

Paulo Brum, assessor especial do Ministério da Cultura, lembrou que no Brasil, apesar da pouca valorização, o setor de cultura, com seus produtos e serviços, já responde por 7% do

PIB, o segundo maior gerador de empregos formais e informais do país.

O deputado federal Cláudio Vignatti (PT-SC) chamou a atenção para os reflexos financeiros da PEC. “O imposto cairá de 17% para 5% nas atividades culturais, o que funciona na prática como um patrocínio indireto”, avalia.

Apesar de reconhecer a importância da aprovação da PEC 416, o deputado Edison Andrinho (PMDB) prevê que o número de produções culturais nacionais não deve crescer muito no país, a não ser que “se desburocratize o Ministério da Cultura”.

Parlamento recebe projeto da LDO

Executivo prevê incremento de R\$ 2 bilhões no orçamento

O secretário de Estado do Planejamento, Vinícius Lummertz, entregou oficialmente dia 15, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2011, que segue para análise na Comissão de Finanças e Tributação. "Houve incremento no orçamento de R\$ 2 bilhões", anunciou. A finalidade da LDO, que deverá ser votada pela Assembleia antes do início do recesso do mês de julho, é orientar a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais.

Para 2011, prevê o aprofundamento e a consolidação de gestão descentralizada, com a participação da sociedade por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e das audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, realizadas no âmbito das secretarias de Desenvolvimento Regional, materializada no Anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, que acompanha o projeto de LDO. O diretor de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Romualdo Goulart, destaca que a LDO é um indicativo. "Ela antecipa as projeções que serão utilizadas no orçamento, buscando sempre o equilíbrio fiscal do Estado".

Prioridades

Entre as prioridades da LDO 2011 estão a manutenção dos atuais investimentos nas obras em andamento e nas já contratadas, a permanência e realização dos programas de pavimentação e apoio ao sistema viário ProPav Rural, ProPav Urbano e ProPav Rodoviário, inclusive com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID 5. Como exemplo, a pavimentação da Barra do Camacho a



Secretário Vinícius Lummertz entrega projeto na Assembleia



Marcos Vieira preside Finanças

Laguna e o acesso ao Farol de Santa Marta, no Sul do estado.

Também estão previstas a Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas; a Integração Logística, como investimentos no Aeroporto Diomício Freitas, de Forquilha, integrando a Adequação e Melhoria da Infraestrutura dos Aeroportos. Prevê ainda a Conservação e Segurança de Rodovias; Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias, como recuperação, restauração, manutenção e reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, além da Modernização Portuária, com a construção, ampliação e adequação de Berços de Atracação no Porto de São Francisco do Sul, entre outras ações.

O secretário estadual de Pla-

nejamento destacou a evolução das vinculações constitucionais e legais na receita líquida disponível. Em relação a 2010, o maior incremento é da Secretaria da Educação, R\$ 214 milhões, seguida pela Secretaria da Saúde, R\$ 103 milhões, e pelo Tribunal de Justiça, com R\$ 62 milhões. A Assembleia Legislativa terá R\$ 31 milhões a mais em seu orçamento, enquanto o Ministério Público Estadual ficará com R\$ 26 milhões de incremento, seguido pela Udesc e Pesquisa Científica/Agropecuária, com R\$ 17 milhões cada. O Tribunal de Contas do Estado terá uma evolução orçamentária de R\$ 11 milhões.

Para o Parlamento a Comunicação será uma das prioridades, bem como a manutenção do programa Interlegis, a modernização do Legislativo, a Gestão Administrativa, através da modernização e manutenção da Escola do Legislativo e a recuperação e ampliação do Palácio Barriga Verde. Também participaram do ato oficial os deputados Jorginho Mello (PSDB), primeiro vice-presidente do Legislativo, e Ada Faraco De Luca (PMDB), quarta secretária da Mesa, o secretário executivo de Articulação Estadual, Lírio Rosso, e o diretor de Gestão da Descentralização, Túlio Tavares Santos.

Divulgado calendário da Assembleia

A Assembleia Legislativa instituiu o calendário especial de sessões ordinárias para o período de 15 de abril a 30 de setembro deste ano, em função das eleições. Além das sessões normais, às terças e quartas-feiras, às 14 horas, e às quintas-feiras, às 9 horas, serão realizadas sessões ordinárias também às terças e quartas pela manhã, às 10 horas, iniciando diretamente com o horário dos

partidos políticos. Normalmente, as sessões começam pelas breves comunicações, passando para o horário dos partidos.

Maior, junho e julho são os meses que devem ter maior número de sessões, entre 15 e 18. Já agosto e setembro terão cinco e três, respectivamente. A medida visa manter o número mínimo de 62 sessões anuais, conforme estabelece o Regimento Interno.

As datas

Abril - 05

Maior - 16

Junho - 18

Julho - 15

Agosto - 05

Setembro - 03



Presidente Gelson Merisio destaca profissionalismo do evento

Xanxerê sedia 15ª Festa do Milho a partir do dia 30

Cerca de 200 mil pessoas devem movimentar R\$ 30 milhões em negócios em torno do milho, base da mais importante atividade econômica do Oeste catarinense, o agronegócio. É o que está previsto para 15ª Festa Estadual do Milho (FEMI), que será realizada em Xanxerê de 30 de abril a 9 de maio. O lançamento oficial do evento aconteceu na noite do dia 13, no hall da Assembleia Legislativa.

O presidente da Assembleia, Gelson Merisio (DEM), destacou como peculiaridade o fato de a FEMI ser uma festa-exposição exclusivamente viabilizada pelo envolvimento da comunidade. "Mesmo assim, temos um evento

com todo o profissionalismo e que não fica devendo nada em termos de qualidade", comentou. Para Merisio, a divulgação que este evento alcança é a ferramenta que proporciona em todas as edições excelentes negócios aos expositores.

Para o presidente da Comissão Central Organizadora (CCO), Péricles Antônio Vicini, quem visitar a 15ª Femi, no Parque Rovillo Bortoluzzi, em Xanxerê, encontrará muitas opções. Entre elas, o Museu do Milho receberá um destaque especial. Estarão em exposição fotos, objetos e documentos antigos doados pela comunidade em campanhas realizadas na zona rural e urbana.

Festa da Cebola é sucesso

A 19ª Expo-feira Nacional da Cebola mais uma vez foi sucesso de público e organização. Realizada de 6 a 11 de abril no Parque Cerro Negro, em Ituporanga, a festa teve shows nacionais, feira de pequenos animais, exposições, festival gastronômico, entre outras atrações.

A Assembleia Legislativa, cumprindo a proposta de aproximar o Parlamento da população, participou da abertura divulgando informações sobre a potencialidade socioeconômica e cultural da região, maior produtora de cebola do Estado.

A abertura oficial reuniu autoridades, lideranças comunitárias e um público aproximado de 8 mil pessoas que acompanharam o desfile de

máquinas agrícolas.

"Sempre tive uma ligação muito próxima com a festa. Já fui prefeito da cidade, secretário municipal de Agricultura, presidente da Comissão Central Organizadora e por muitos anos trabalhei orientando os produtores como engenheiro agrônomo", comentou o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB).

Para o deputado Jorginho Mello (PSDB), Ituporanga é exemplo de competência. "O município responde por 12% de toda a cebola produzida no Brasil. É orgulho para os catarinenses", afirmou. Outros deputados estaduais também prestigiaram o evento, como Jailson Lima (PT), Gilmar Knaesel (PMDB) e Jean Kuhlmann (DEM).



Deputados prestigiaram a abertura da expo-feira em Ituporanga

PLENÁRIO

Sinal verde para admissibilidade de MPs

Medida provisória que institui a gratificação por produtividade para servidores da saúde domina debates

O Plenário aprovou, dia 13, a admissibilidade das quatro últimas medidas provisórias (MPs) encaminhadas pelo Executivo, autorizando sua tramitação no Parlamento. O principal ponto de conflito para a apreciação das propostas, e que lotou as galerias da Casa com representantes do funcionalismo público, era o conteúdo da MP nº 178/10, que institui a gratificação de produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde.

A principal crítica à da MP nº 178/10 é o fato de que ela não contempla todos os funcionários da categoria. O deputado Onofre Agostini (DEM) explicou aos servidores presentes e com interesses distintos, que a votação da admissibilidade seria apenas um rito processual. O mérito, completou, será discutido nas comissões e, mais tarde, em Plenário.

Já o deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que na terça-feira impediu que as medidas fossem votadas extra-pauta, fez uma avaliação diferenciada. "A minha posição é a mesma da assembleia da categoria, chamada legitimamente pelo sindicato, e que pede a retirada desta medida. O governo mandou uma proposta que divide a categoria entre contemplados e não contemplados, numa clara tentativa de en-

fraquecer o sindicato", argumentou o pedetista.

Soares aproveitou o momento para comunicar que, durante reunião da Comissão de Finanças e Tributação, no período matutino, na avaliação do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 174/10, que institui gratificação por atividade técnica em saúde, foi aprovada uma emenda que poderia resolver o impasse criado com a exclusão de uma parcela dos servidores do direito ao benefício. "O deputado Darci de Matos (DEM) apresentou emenda à MP nº 174 que contempla todos os trabalhadores da Saúde, o que soluciona o problema. Agora é preciso que a base governista e o chefe do Executivo concordem e não vetem a proposta", afirmou.

E foi o deputado Darci quem, da tribuna, explicou seu posicionamento. "Defendo e defenderei a extensão da gratificação a todos os servidores da Saúde. A nossa Constituição define que o Parlamento não pode interferir a ponto de alterar a regra salarial afeta aos servidores do Poder Executivo, exceto se o Executivo deixar de observar regra constitucional maior, a que consagra a igualdade de direitos e que garante o alienável direito à saúde e à vida", frisou o democrata.

A emenda aprovada também constava entre as propostas pela bancada do PT. Segundo o deputado Pedro Uczai (PT), "falar que é crime eleitoral emendar as medidas é um absurdo. Crime é o encaminhamento da forma que foi feito". Na esteira da discussão, o deputado Joares Ponticelli (PP) informou que também a bancada progressista vai apresentar emendas, todas aditivas e não modificativas, "de forma a não comprometer a legalidade da matéria".

Antes de colocar em votação a admissibilidade da MP nº 178/10, o presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), comunicou que o entendimento da Procuradoria do Legislativo é de que as MPs não podem ser modificadas em virtude dos prazos da legislação eleitoral. "Emendas modificativas podem anular a matéria por completo", avisou. Colocada em votação, apenas Soares se posicionou contrário.

Foram aprovadas admissibilidade da Medida Provisória nº 176/10 - Fixa o valor mensal das pensões especiais e do auxílio aos ex-combatentes; Medida Provisória nº 177/10 - Institui a Gratificação de Gestão de Desenvolvimento Regional e estabelece outras providências; e - Medida Provisória nº 179/10 - Institui a gratificação de "Atividade de Gestão Agrária e Rural".

Ceron e Angela Albino de volta



Angela no lugar de Padre Pedro

Após três anos e três meses à frente da Secretaria de Estado da Agricultura, o deputado Antônio Ceron (DEM) voltou a ocupar uma cadeira no Parlamento, com a licença de 60 dias solicitada pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), com o intuito de promover um rodízio na bancada do partido. Do mesmo modo, o deputado Odair Polaco (PPS) continuará na vaga do seu partido por mais 60 dias, período em que o titular da vaga, deputado Altair Guidi (PPS), estará licenciando para tratamento médico.

Mudanças também na bancada do PT. Angela Albino (PCdoB) assumiu dia 16 como deputada estadual, no lugar do deputado Pa-

dre Pedro Baldissera (PT), seguindo o rodízio entre seus partidos. De junho a agosto de 2009, ela teve a primeira experiência na Casa, no lugar da deputada Ana Paula Lima (PT). Desta vez ela deve permanecer na Assembleia Legislativa até o mês de agosto.

Entre suas metas está reforçar a presença feminina no Parlamento. "É a primeira vez que quatro mulheres estão integrando o Poder ao mesmo tempo. É um marco para nós. Uma demonstração da pouca representatividade feminina, mas uma esperança de que mais mulheres ocupem espaço na política a partir das eleições de 2010."



Ceron substitui Jean Kuhlmann

APROVADOS

Pulseiras do sexo

Autorizado em Plenário o Projeto de Lei nº 47/10, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe da venda e distribuição das pulseiras de silicone conhecidas como "Shag Bands", ou pulseiras do sexo, em todo o estado, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A justificativa para a proibição é o significado sexual, representado por cores, que já tiveram consequências graves em alguns municípios.

"Estes adereços foram criados com uma finalidade e um apelo de marketing, cujo uso é vinculado ao jogo mediante o qual os participantes trocam favores sexuais relacionado com as cores das pulseiras" ressalta o autor.

Projeto de Emenda Constitucional

Com do Projeto de Emenda Constitucional nº 03/10, do deputado Pedro Uczai (PT), aprovado no dia 14, foi dada nova redação ao artigo 13 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Com isso, a Assembleia Legislativa deverá aprovar, por maioria absoluta de seus deputados, lei específica para a venda, total ou parcial, de órgãos da administração pública estadual. A PEC prevê consulta po-

Transporte idosos

Projeto de Lei nº 58/07, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), com emenda modificativa do deputado Pedro Uczai (PT), assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e renda inferior a dois salários mínimos. A emenda aprovada diminuiu a idade dos idosos, já que no projeto original a idade mínima era 65 anos. De acordo com a matéria, deverão ser reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se a demanda for superior ao número de vagas, os idosos deverão ter desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens.

pular nos casos de criação, extinção, fusão, incorporação ou cisão de qualquer entidade da administração indireta. Na alienação do controle acionário de sociedade de economia mista, bem como a criação de subsidiárias das entidades mencionadas neste artigo, e a participação delas em empresas privadas, ressalvadas as instituições financeiras oficiais, não haverá necessidade de referendo.

Semana Zilda Arns

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou dia 13 o Projeto de Lei nº 14/2010, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que institui a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de outubro. De acordo com o parlamentar, a iniciativa tem por finalidade incentivar e difundir as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança, especialmente o atendimento voluntário a famílias carentes visando à redução do índice de mortalidade infantil.

Dia dos Empregados

Projeto de Lei nº 234/09, de autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), institui o dia 16 de maio como o Dia dos Empregados na Área de Asseio e Conservação.

A data escolhida, 16 de maio, também é o Dia Nacional em homenagem aos garis. Sua finalidade é reconhecer a atuação destes profissionais responsáveis pela manutenção da limpeza das cidades. De acordo com Hinnig, a categoria enfrenta o drama da invisibilidade pública condicionada à divisão social do trabalho, já que a sociedade enxerga somente a função e não a pessoa.

Dia do Orquídeófilo

Projeto de Lei nº 19/2010, aprovado dia 13, institui o Dia do Orquídeófilo em Santa Catarina. Autor da matéria, o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) disse que a iniciativa está baseada na classificação do estado, o maior exportador de orquídeas do país. "A produção de floricultura e de plantas ornamentais no Brasil expandiu significativamente com o incremento financeiro da cadeia, compreendidos o fornecimento, transporte, distribuição, comércio varejista e arte floral, além da exportação", mencionou.

Dia da Paternidade

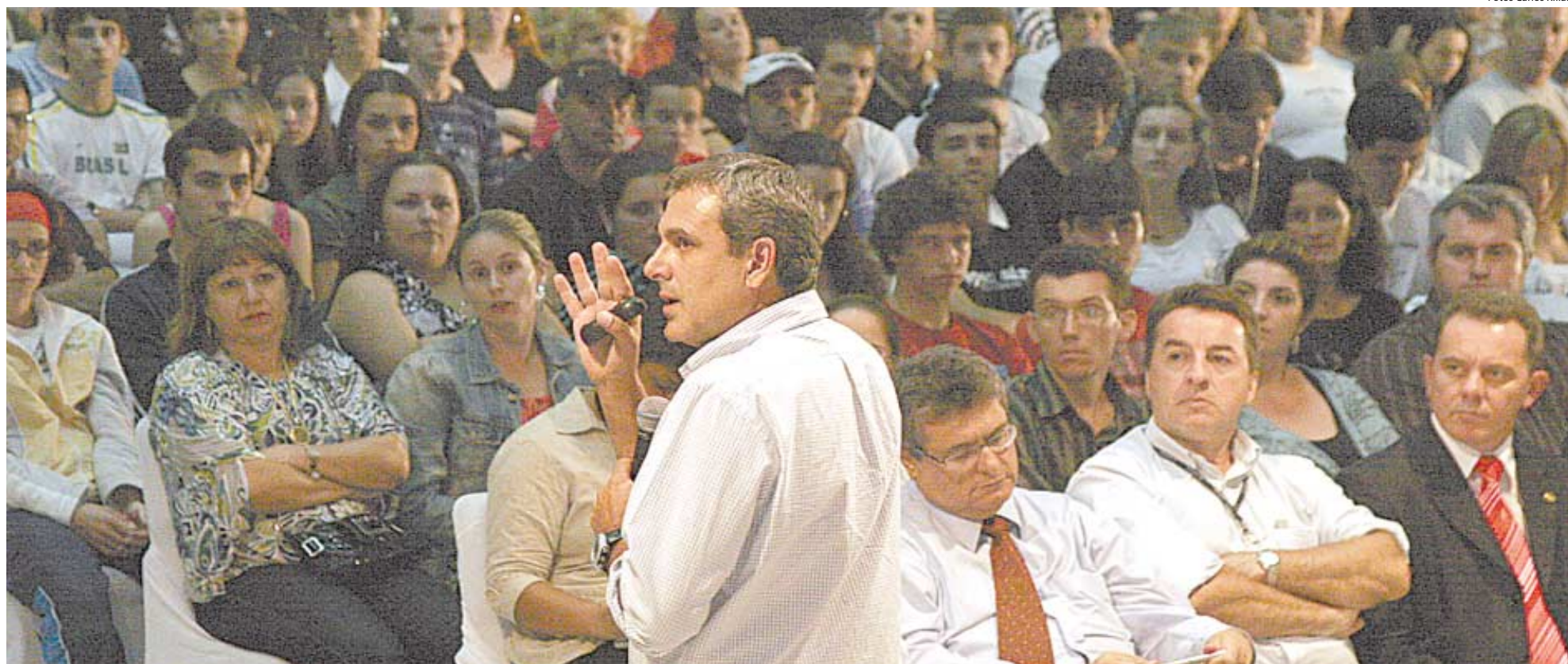
Aprovado, 12, o Projeto de Lei nº 30/10, do deputado Elizeu Mattos (PMDB), que institui no Calendário Oficial de Santa Catarina o "Dia da Paternidade Responsável", a ser comemorado anualmente no dia 17 de agosto. O objetivo da proposta é prestar uma homenagem ao Instituto Paternidade Responsável, entidade sem fins econômicos, pelos relevantes serviços prestados à sociedade catarinense. O Instituto Paternidade Responsável, com sede em Lages, foi criado para possibilitar uma alternativa que não seja pela via judicial no reconhecimento da paternidade.

ESPECIAL

José Roberto prega superação

Técnico consagrado do vôlei brasileiro marca estréia de "O Brasil em Debate" no interior catarinense

Fotos Carlos Kilian



Palestrante fala da experiência de comandar as equipes masculina e feminina do vôlei brasileiro em conquistas inéditas ao Brasil, que o firmaram como ícone no esporte mundial

Rossana Espezin

José Roberto Guimarães é o único técnico brasileiro detentor de duas medalhas olímpicas de vôlei com equipes masculina e feminina. Conquistas que encantaram o país e o transformaram num ícone do esporte mundial. A receita do sucesso de anos de dedicação foi dada ao público que acompanhou a sua palestra, dia 14, no auditório da Unisul em Tubarão, na abertura do terceiro ciclo do programa "O Brasil em Debate", que neste ano promove eventos também no interior do estado.

O técnico relatou fatos que pontuaram os principais momentos de sua vida. Desde a infância, no pequeno município de Quintana, interior paulista, passando pela carreira de jogador da seleção

brasileira que participou da Olimpíada de Montreal, em 1976, até seu reconhecimento como técnico, em 1992. Nesse ano, com a famosa "Geração de Ouro", trouxe da Olimpíada de Barcelona a primeira medalha de ouro olímpica em esportes coletivos para o Brasil. O segredo disso tudo, confessou o técnico, é um só: a paixão.

Sua primeira paixão, como acontece com a maioria dos meninos brasileiros, foi o futebol, ainda em Quintana, mas quando sua família se mudou para o município de Santo André, na Grande São Paulo, o garoto pré-adolescente descobriu o vôlei. "Eu tinha 13 anos, era tão apaixonado pelo esporte que compensei o pouco talento com muito treinamento. Essa é a tônica da minha vida e é o que transmito para minhas atletas", resumiu.

A experiência de trabalhar com seleções dos dois sexos – e uma rápida passagem pelo futebol paulista – mostrou para Zé Roberto que é mais fácil lidar com os atletas homens. Com as mulheres enfrentou o momento mais difícil de sua carreira, a derrota na Olimpíada de Atenas, em 2004, para a Rússia. As meninas brasileiras lutaram bravamente no último set, mas, depois de um angustiante "rally", perderam o jogo e o Brasil amargou o melancólico quarto lugar. Mesmo assim, não abre mão de treinar a seleção feminina. "Na Grécia, o treinador da equipe russa, que nos derrotou, me deu um conselho: nunca traia as mulheres. Resolvi segui-lo e quatro anos depois conquistamos, juntos, a medalha de ouro de 2008, na Olimpíada de Pequim", lembrou.

"Respeitei as diferenças"

Durante esse período, o técnico descobriu que para vencer as barreiras seria preciso se tornar um verdadeiro "especialista" no sexo feminino. "Prestei atenção no comportamento delas e respeitei as diferenças", ensinou. Também quebrou paradigmas ao transformar o tipo físico das jogadoras, fazendo com que fortalecessem os músculos dos

braços para aumentar a velocidade do saque. O resultado foi uma Olimpíada de quebra de recordes, oito jogos, oito vitórias e apenas um set perdido.

Para o futuro, o treinador planeja atuar até 2012, mas são muitos e insistentes os pedidos para que continue no cargo até 2016, data da Olimpíada do Rio de Janeiro.

Público conhece trabalho ímpar

Mais de 600 pessoas lotaram o Espaço Integrado de Artes (Bolha), da Unisul, Tubarão, para assistir a primeira palestra do programa "O Brasil em Debate" realizada fora do Palácio Barriga Verde, em Florianópolis. O evento foi aberto pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), que salientou o ineditismo da interiorização do programa em 2010.

Os alunos do curso de Educação Física da Unisul, Paula Nandi, 23 anos, e Lucas Eduardo Ferreira Mendes dos Santos, 23 anos, queriam conhecer mais sobre a vida do

treinador José Roberto Guimarães e seu trabalho ímpar à frente das seleções feminina e masculina de vôlei. Segundo os estudantes, foi uma oportunidade rara receber em sua própria cidade um expoente do esporte. "Se o evento fosse em Florianópolis seria bem mais difícil participarmos", admitiram.

José Acácio Júnior, 45 anos, a esposa Luciane, 42 anos, têm o esporte como interesse comum. O casal aproveitou para levar a filha Júlia, 11 anos, para o programa inédito na cidade.

O vice-Reitor da Unisul, Sebastião Salésio Herdt, comemorou o

retorno de Zé Roberto, ex-treinador de vôlei da universidade.

O Programa "O Brasil em Debate" foi realizado nos anos de 2007 e 2008, trazendo à sede do Parlamento, em Florianópolis, 15 palestrantes de renome como a atriz Fernanda Montenegro, o treinador Bernardinho, o médico Malcom Montgomery, o jornalista Caco Barcellos e outros. Em 2010, devido ao calendário eleitoral, serão realizadas quatro palestras. Além de Tubarão, os municípios de Chapecó, Joinville e Florianópolis sediarão outros encontros.



Técnico em entrevista coletiva à imprensa antes da palestra